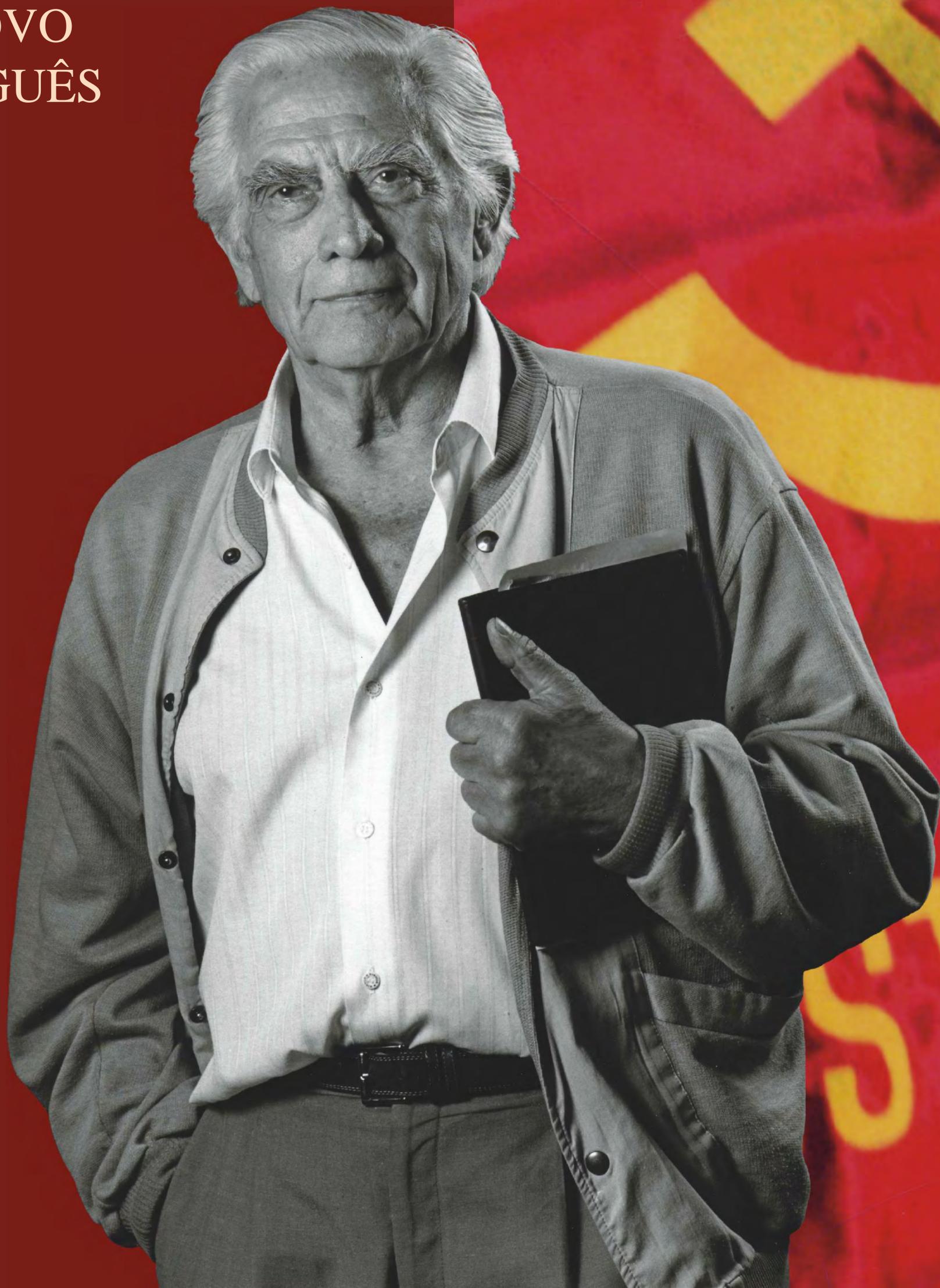
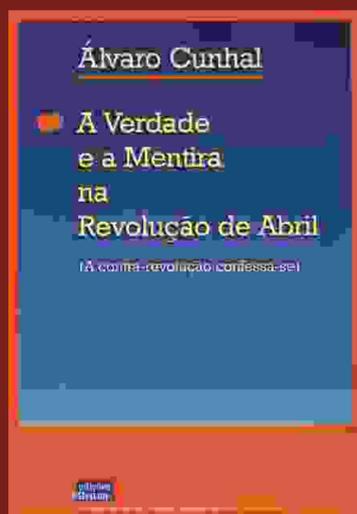
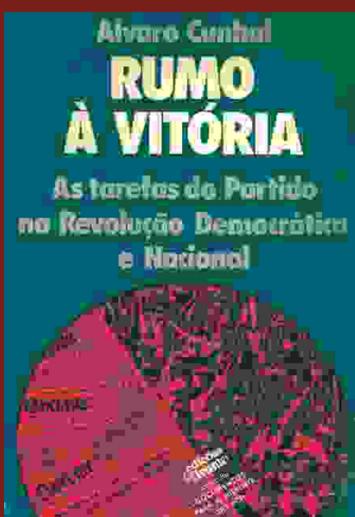


5 OBRAS
DE
ÁLVARO CUNHAL
CONTRIBUTO
PARA A HISTÓRIA
E LUTA DO PCP
E DO POVO
PORTUGUÊS



*Álvaro Cunhal
personalidade ímpar que é,
sem dúvida, o mais destacado
construtor do PCP,
é alguém cujo perfil
e dimensão intelectual e humana
são também formados no PCP
e pelo PCP, formados
no grande colectivo partidário.*

*A obra de Álvaro Cunhal
é simultaneamente construção
e testemunho da independência
política e ideológica
do proletariado português.*



Em centenas e centenas de textos – artigos, relatórios, livros, discursos – Álvaro Cunhal construiu um corpo teórico riquíssimo, denso, original que, estando profundamente enraizado na realidade portuguesa concreta, alcança um tão elevado nível de elaboração ideológica que o torna, em vários aspectos, um muito valioso contributo para o enriquecimento e desenvolvimento geral do marxismo-leninismo.

A obra teórica de Álvaro Cunhal, constituindo um imenso contributo individual, incorpora elementos de construção colectiva e esse facto não reduz, antes amplia, a dimensão política do seu autor. A importância e o incentivo que sempre procurou incutir ao estudo, à análise, à reflexão sobre a realidade e sobre a prática, o esforço que sempre empenhou na construção de uma opinião colectiva solidamente fundamentada, na construção de um Partido cuja vida, nas suas próprias palavras, se caracterizasse pela participação, a intervenção e a contribuição constante dos colectivos, a busca constante da opinião, da iniciativa, da actividade e da criatividade de todos e de cada um, a convergência das ideias, dos esforços, do trabalho das organizações e militantes no resultado comum.

Para se avaliar da importância da obra teórica e política de Álvaro Cunhal bastará sublinhar um facto inteiramente indesmentível: vários dos seus textos marcam momentos de viragem histórica, não apenas na vida e na acção do PCP, mas em toda a vida nacional e até na vida do movimento comunista e revolucionário mundial.

São obras que em diferentes momentos se tornaram força material, conforme a expressão de Marx. E que continuam a sê-lo. Desta vastíssima obra foi escolhida para esta evocação a referência a cinco textos particularmente marcantes:

O Informe Político e o Informe sobre Organização ao IV Congresso, de 1946, e o Prefácio à sua reedição em 1997;

O Relatório ao CC Rumo à Vitória, As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional, de 1964;

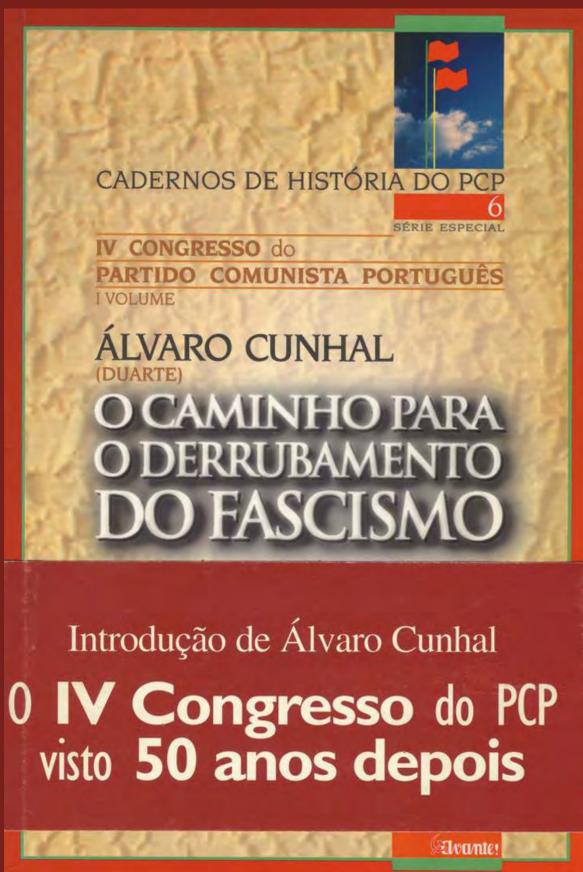
O Relatório ao VIII Congresso A Revolução Portuguesa, O Passado e o Futuro, de 1976;

O Partido Com Paredes de Vidro, de 1985;

A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se), de 1999.

No caminho do derrubamento do fascismo.

Princípios orgânicos, natureza e identidade do PCP.



Informe Político e Informe sobre Organização ao IV Congresso (1946) (1997, Prefácio)

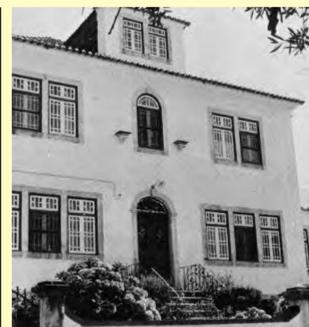
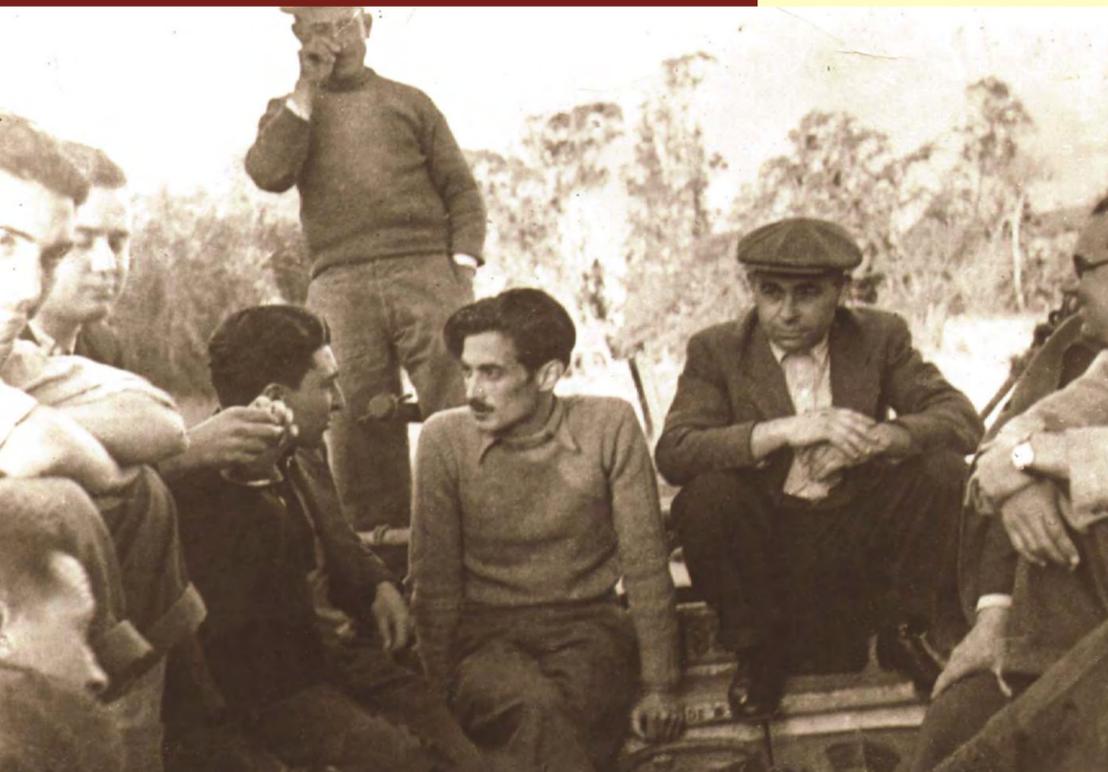
IV Congresso

O IV Congresso ocorre apenas cerca de três anos após o III Congresso (1.º ilegal). Tornara-se necessária a sua realização não apenas pela rápida evolução verificada na situação internacional e pelas suas repercussões no plano nacional, mas também, e sobretudo, pelo rápido crescimento orgânico e político do PCP, pela sua afirmação como grande partido nacional no caminho aberto pela reorganização de 1940-41, pela necessidade de consolidar e aprofundar análises e orientações políticas e organizativas num quadro de alargamento sem precedentes, mas igualmente de recrudescimento da repressão fascista.

Os dois informes apresentados por Álvaro Cunhal (Duarte) constituem documentos de excepcional amplitude e profundidade na abordagem política e ideológica.

O caminho para o Derrubamento do Fascismo. Informe Político ao IV Congresso (2.º Ilegal)

O Informe Político constituiu um excepcional contributo para a intervenção do partido pela lúcida análise da nova arrumação de forças no plano internacional e da inserção nesse quadro do fascismo português; pela denúncia da política deste como antinacional e de repressão colonial, antipopular, antidemocrática, inimiga do desenvolvimento nacional, cuja dominação condenava os trabalhadores e as camadas médias à fome, à ruína e ao obscurantismo; pelo largo horizonte que nessa base abriu à unidade democrática e antifascista; e pelo apontar ao povo português o levantamento nacional como caminho para o derrubamento do fascismo, visto que este, enquanto regime ao serviço dos monopólios e dos grandes agrários, só pela força se mantinha no poder e portanto só pela força podia ser derrubado.



Casa na Lousã onde se realizou o IV Congresso do PCP



Informe sobre Organização

No Informe sobre Organização, Álvaro Cunhal (Duarte) define orientações e concepções acerca do trabalho de organização que, no fundamental, se mantêm válidas, apesar de decorrido mais de meio século. Numa fase da vida do PCP em que este ainda não tinha Estatutos, Álvaro Cunhal enuncia os princípios e regras da sua estrutura e funcionamento orgânico: o centralismo democrático, a democracia interna, a disciplina, a unidade. Como escreverá no importante Prefácio de 1997, trata-se da afirmação dos princípios e da concepção marxista-leninista de um partido proletário, enriquecidos com base nas condições, experiência e reflexão próprias. Estruturando e consolidando uma organização capaz de corresponder e de se assumir como a forma mais elevada de organização de classe do proletariado, os princípios e orientações enunciados centram-se no desenvolvimento e aprofundamento das experiências de trabalho e de direcção colectivas e de descentralização, assentes num forte corpo de revolucionários profissionais – objectivos essenciais da reorganização iniciada em 1940-41. Só assim podia ser afirmada e assegurada a natureza do PCP como partido revolucionário marxista-leninista, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, capaz de estar à altura da sua responsabilidade histórica de guiar as classes trabalhadoras, de guiar o povo, no caminho do derrubamento do fascismo e da conquista da democracia, na perspectiva da construção do socialismo no nosso país.



A identidade do PCP

É nesses tempos e no decorrer desse processo que avança a definição teórica da identidade do Partido e a concretização prática dessa identidade – uma identidade feita na complementaridade indissociável de um conjunto de traços que incorporam a natureza de classe, o projecto, a ideologia, as normas de funcionamento democrático interno, a estreita ligação às massas e à defesa dos seus interesses, o carácter simultaneamente patriótico e internacionalista.

A importância desta identidade é visível todos os dias: a ofensiva permanente e intensa dos inimigos do PCP faz dela o seu alvo primeiro e preferencial.

Da mesma forma, as ofensivas internas e os seus objectivos de descaracterização do Partido, sempre vêm nessa identidade o obstáculo principal aos seus desígnios, a marca distintiva que é necessário generalizar para que deixe de o ser. Por vezes simulam, até ter como alvo apenas um ou outro desses traços identitários, fingindo não saberem que abandonando um ou outro – e bastaria abandonar um único – todos os outros se desmoronariam inexoravelmente. Cabe referir – a propósito da ofensiva fraccionista que, entre 1987 e 1992, flagelou o Partido, e da que se lhe seguiu entre 1997 e 2004 –, a importância relevante, a dada altura decisiva mesmo, da intervenção de Álvaro Cunhal na resposta a estas ofensivas.

O trabalho colectivo, parte integrante da identidade do Partido

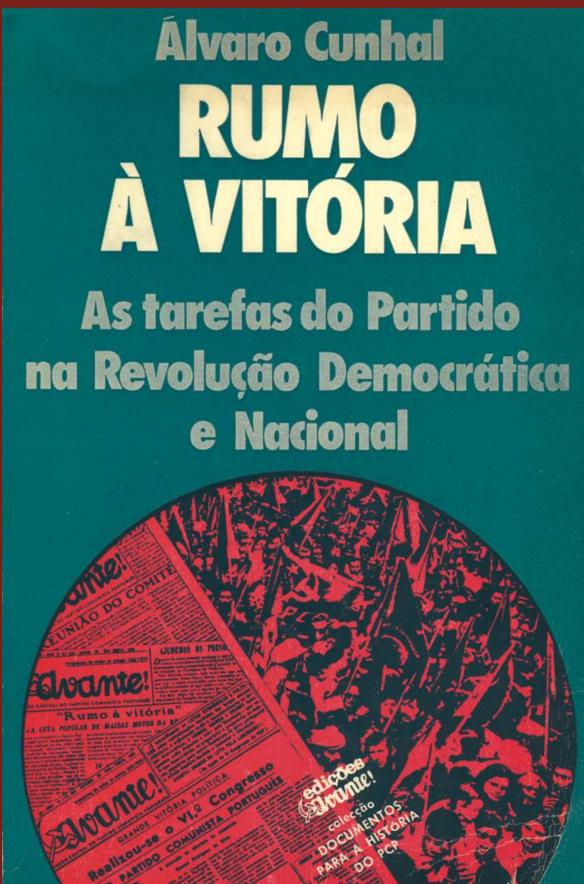
A definição do conceito de «trabalho colectivo» constitui uma das suas mais notáveis e relevantes construções teóricas e, como sempre na vivência de Álvaro Cunhal, estreitamente ligada à experiência e à prática e, naturalmente, inscrita no colectivo.

O trabalho colectivo, visto e entendido como princípio básico essencial do estilo de trabalho do Partido, aspecto essencial da democracia interna e factor decisivo da unidade e da disciplina partidárias – tem a sua primeira e fundamental expressão na direcção colectiva.

De todo este processo emerge o conceito luminoso de «colectivo partidário» – o «nosso grande colectivo partidário», expressão adoptada a partir do X Congresso e, desde então, de utilização corrente.

Um conceito que, como escreveu Álvaro Cunhal, numa síntese clara: traduz a participação, a intervenção e a contribuição constante dos colectivos, a busca constante da opinião, da iniciativa, da actividade e da criatividade de todos e de cada um, a convergência das ideias, dos esforços, do trabalho das organizações e militantes no resultado comum.





A Fuga de Peniche, em 3 de Janeiro de 1960, recupera para a luta um importante conjunto de destacados quadros do Partido, entre os quais Álvaro Cunhal, preso havia mais de 11 anos.

A sua repercussão é enorme: não só constitui um fortíssimo golpe para o regime fascista como traz ao Partido a crítica e a correcção da orientação assumida a partir de meados dos anos 50, com consequências no reforço, na organização e na luta dos trabalhadores, e na dinâmica do movimento democrático, que se tornarão determinantes nos anos seguintes.

Álvaro Cunhal desempenha um papel central nesse processo de debate que, apesar das condições de clandestinidade, envolve grande parte do Partido.

Em dois importantes documentos, *O Desvio de Direita no Partido Comunista Português nos Anos de 1956-1959* e *A Tendência Amaro-Liberal na Organização do Trabalho de Direcção*, sintetiza o fundamental do debate e as correcções de orientação necessárias.

O impulso gerado pela correcção do desvio teve imediatas repercussões na acção, na dinâmica e no conteúdo da intervenção do Partido.

O 1.º de Maio de 1962, atingindo dimensões e significado novos, foi um dos muitos exemplos concretos dessa nova dinâmica: desde aí, o Dia do Trabalhador, enquanto tal, passou a ser o dia nacional da resistência antifascista, ocupando assim o lugar até aí ocupado pelo 5 de Outubro, dia da revolução republicana burguesa.

*Rumo à Vitória
As tarefas do Partido
na Revolução Democrática
e Nacional (1964)*



Álvaro Cunhal Secretário-Geral do PCP

Eleito Secretário-Geral do Partido na reunião do CC de Março de 1961, desenvolve importante actividade no sentido do reforço do trabalho político do CC, do reforço do seu papel dirigente, do seu funcionamento colectivo. A situação de refluxo do movimento de massas que se verificava desde 1958 inverte-se. A partir de Fevereiro de 1961 e com o impulso das grandes jornadas de luta de 1 e 8 de Maio de 1962, verifica-se um ascenso da luta reivindicativa operária que cria condições para grandes batalhas contra a ditadura fascista.

Em Abril de 1964, Álvaro Cunhal apresenta ao CC o Relatório Rumo à Vitória, As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional.



Rumo à Vitória é um documento decisivo. Nunca fora anteriormente sintetizada num único texto uma tão aprofundada e documentada análise marxista-leninista da realidade nacional, da caracterização do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, da situação na indústria, na agricultura, em todos os sectores de actividade, do papel do Estado fascista na aceleração do processo de concentração capitalista e de constituição do capital monopolista, papel coercivo que constrói uma situação profundamente contraditória: a um elevado grau de desenvolvimento das relações de produção capitalistas corresponde um fraco desenvolvimento das forças produtivas.

É caracterizada a situação de Portugal como país simultaneamente colonizador e colonizado, situação agravada com o eclodir das guerras de libertação nas colónias portuguesas de África.

É aprofundada a linha do levantamento nacional, o caminho da luta de massas, o caminho da unidade antifascista.

O relatório revela a profundidade da implantação do Partido, o seu profundo conhecimento das condições de vida, das aspirações, das reivindicações, o seu papel dirigente nas lutas dos trabalhadores em todos os campos de actividade, enfrentando as mais duras condições de clandestinidade, de perseguição e repressão fascista.

Revela o papel do Partido como eixo e dinamizador fundamental da unidade antifascista.

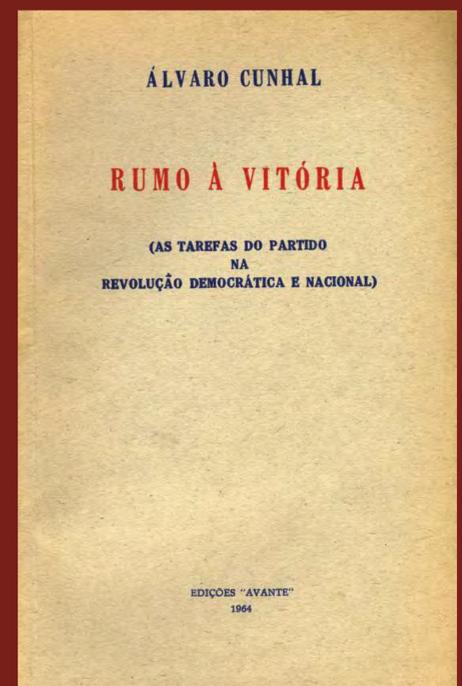
É caracterizada a natureza da revolução que porá termo ao regime fascista: a revolução democrática e nacional, para a qual define sete objectivos fundamentais:

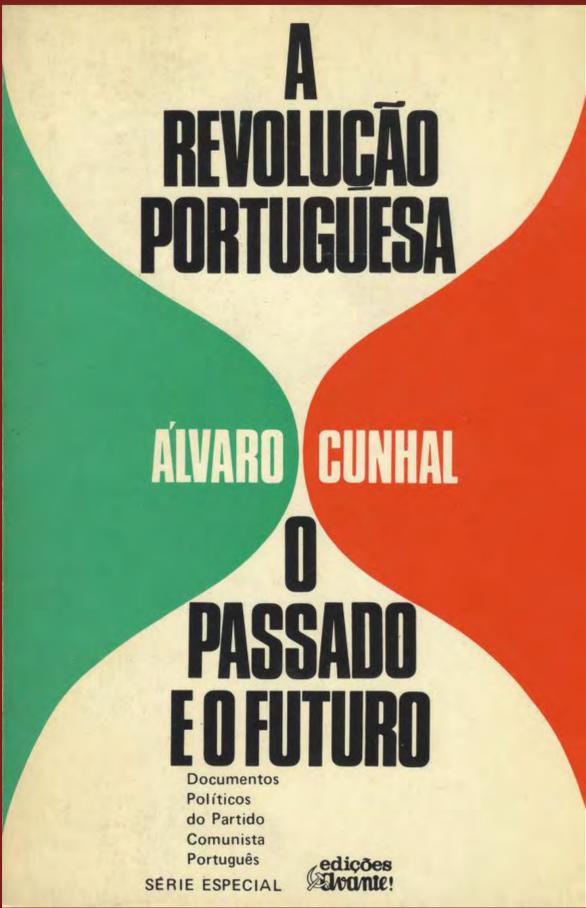
- a eliminação do poder dos monopólios;
- a realização da Reforma Agrária;
- a libertação de Portugal do domínio imperialista estrangeiro;
- o reconhecimento aos povos das colónias do direito à autodeterminação e à independência;
- a elevação do nível de vida material e cultural das massas trabalhadoras;
- uma política externa de paz e amizade com todos os Estados;
- a destruição completa do Estado fascista e a instauração de uma ordem democrática.

O Rumo à Vitória foi isso mesmo: rumo à vitória que chegaria em Abril de 1974 e se desenvolveria no processo transformador da revolução portuguesa.

Rumo à Vitória esteve nas ruas, nas fábricas, nos escritórios, nos campos, nas escolas; esteve nas políticas dos governos provisórios; esteve na acção dos militares revolucionários e progressistas e no Programa do MFA; esteve nas importantes conquistas revolucionárias alcançadas pelo movimento operário e popular, ou seja: o processo revolucionário seguiu a par e passo os passos rigorosamente definidos dez anos antes.

E é ainda, rumo à vitória que, há trinta anos, travamos esta luta contra a política de direita, que é a política da contra-revolução.





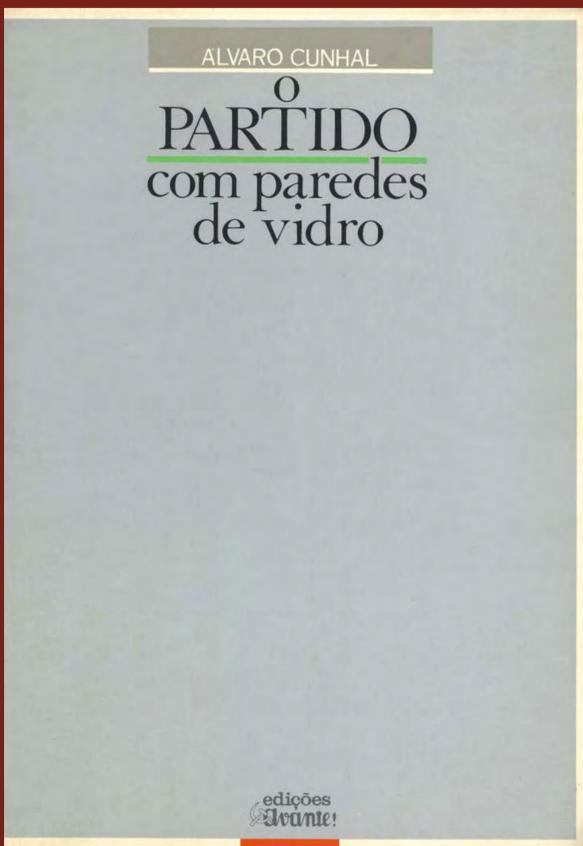
**A Revolução Portuguesa
- O Passado e o Futuro
(1976)**

Em 1976 o CC aprova o Relatório ao VIII Congresso *A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*.

Nesse texto é abordado o arco histórico entre o VI Congresso e 1976: os últimos anos da ditadura fascista, as manifestações de crise do regime (agravamento e deterioração da situação económica; guerra colonial e incapacidade de lhe encontrar uma saída; crescente isolamento interno; crescente isolamento internacional), o ascenso da luta popular, a luta contra a guerra colonial e nas forças armadas, a aproximação da situação revolucionária, os anos de fluxo revolucionário, os passos contra-revolucionários no sentido da recuperação capitalista, agrária e imperialista, os primeiros passos na limitação das liberdades.

Nele se estabelecem as linhas essenciais de uma alternativa democrática e de prosseguimento do caminho de Abril.





O Partido com paredes de vidro
(1985)

O Partido com Paredes de Vidro é a mais profunda reflexão teórica de Álvaro Cunhal enquanto construtor do Partido e uma das suas obras que maiores repercussões teve no movimento comunista internacional.

Nesse texto, Álvaro Cunhal escreve sobre o comunismo, sobre os comunistas, sobre o seu Partido.

Como sempre, fá-lo a partir de realidades, reflexões e experiências concretas e, como sempre também, extrai delas sínteses de elevado valor teórico e político. Mas ganha particular destaque, talvez mais do que em qualquer outro texto político seu, a dimensão da intervenção humana – individual e colectiva – no exaltante empreendimento libertador que constitui o projecto comunista.



Escrito antes da derrota dos países socialistas do Leste europeu, e também do processo de desagregação de alguns partidos comunistas em países capitalistas que essa derrota acelerou, nada do que escreve sobre o socialismo perdeu actualidade, e muitas das advertências e observações que faz ganham, nessa perspectiva histórica, acrescida importância. É o caso quando fala da independência e da natureza de classe do partido, da sua composição social e da sua estrutura orgânica; quando fala no processo de enlace entre partido, classe e massas; quando fala da absurda tentativa de separar marxismo e leninismo; quando, referindo-se ao marxismo-leninismo, aponta duas perigosas atitudes erróneas: a cristalização de princípios e conceitos, por um lado, a tentativa de responder às novas situações através de uma elaboração teórica especulativa e apriorística, por outro.



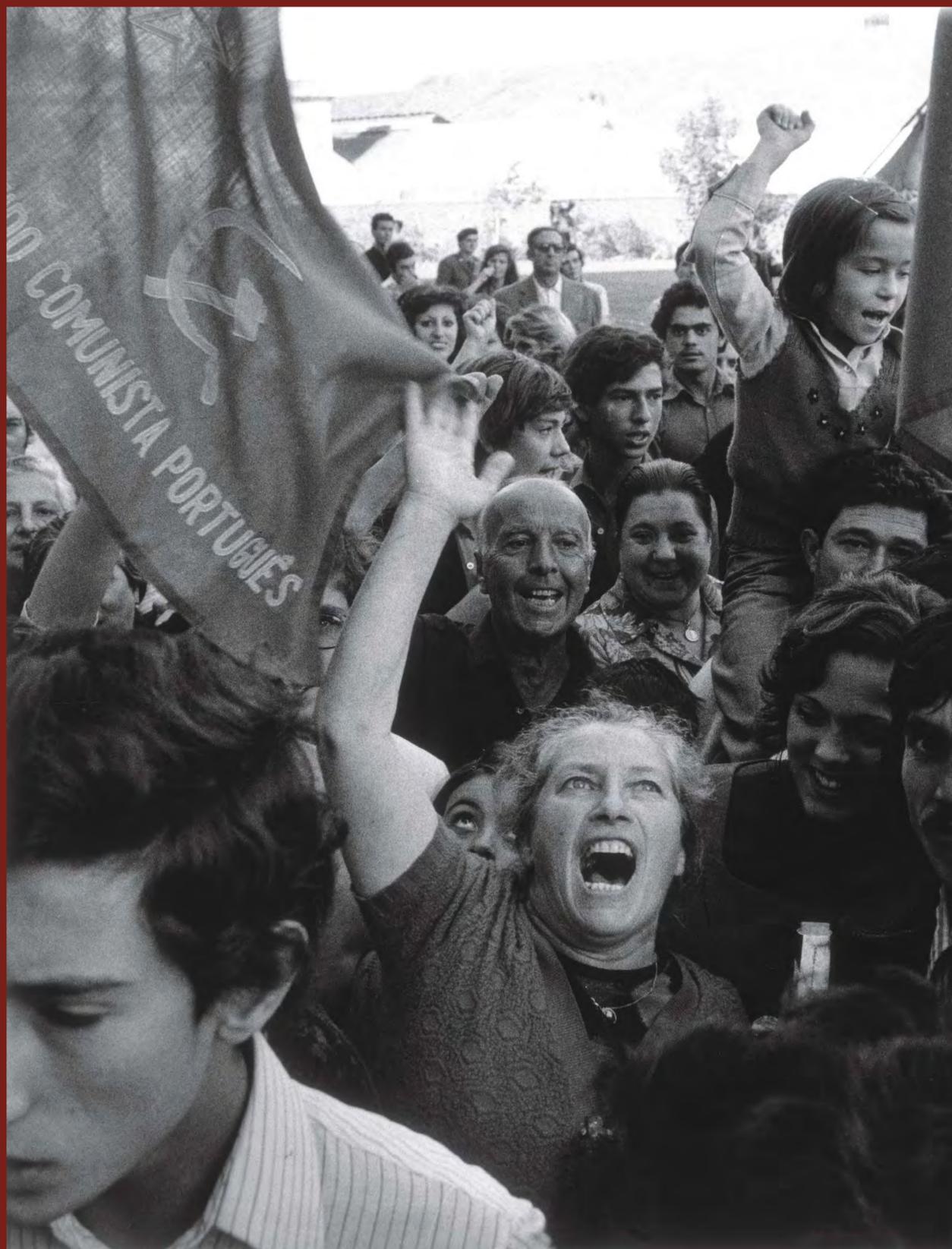
Texto fortemente didáctico, *O Partido com Paredes de Vidro* constitui uma admirável viagem pela história, a vida, a experiência, a acção e a luta do Partido Comunista Português.

Quarenta anos passados sobre o Informe sobre Organização ao IV Congresso, Álvaro Cunhal aborda de novo as questões do trabalho colectivo, da democracia interna, da unidade, da disciplina, havendo entre os dois textos um mundo de experiências, vidas, acção e acontecimentos concretos inseridos na história e na luta do povo português.

Não há nele qualquer reserva em apontar erros, deficiências e falhas, individuais e colectivas.

E deverá sempre ser tido em conta o que Álvaro Cunhal escreve no capítulo «A formação moral dos comunistas». Os comunistas são homens e mulheres como os outros, mas o Partido educa os seus membros no amor pelo povo, na dedicação ao serviço dos seus interesses, na recusa da exploração e da opressão do homem pelo homem, na isenção pessoal, na coragem, na honestidade.

O Partido é um ser colectivo cuja influência resulta não apenas dos seus objectivos políticos, mas da conduta moral e eticamente superior dos militantes e da sua própria natureza de classe.



Álvaro Cunhal

**A Verdade
e a Mentira
na
Revolução de Abril**

(A contra-revolução confessa-se)

edições
Avante!

DOCUMENTOS POLÍTICOS DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - SÉRIE ESPECIAL

*A Verdade e a Mentira
na Revolução de Abril
(A contra-revolução confessa-se)
(1999)*

Em 1999 Álvaro Cunhal publica o livro *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*.

Trata-se do implacável desmascaramento da acção das diferentes componentes da contra-revolução em Portugal pelas próprias palavras dos seus protagonistas.

Como Álvaro Cunhal escreve no Prefácio, sobretudo a partir do 20.º aniversário do 25 de Abril, destruídas muitas das principais conquistas da Revolução e em vias de institucionalização dos objectivos estratégicos contra-revolucionários, [...] as forças da contra-revolução e seus protagonistas abriram-se em confissões.

E essas confissões são valiosas para que se conheçam verdades sempre afirmadas pelo PCP, então desmentidas pelas mentiras da contra-revolução.

Abordando um período que vai dos últimos anos do fascismo (a “primavera marcelista”) até à revisão constitucional de 1997, desfilam nas páginas do livro, através das suas próprias palavras, as confissões e confidências das mais significativas figuras da reacção e da contra-revolução em Portugal sobre os sucessivos golpes contra-revolucionários e respectivas redes de apoios e cumplicidades.

Desfilam as cumplicidades com a “primavera marcelista” e as linhas e operações de branqueamento do fascismo. Desfilam as confissões dos que do fascismo apenas rejeitavam o carácter violentamente repressivo, mas aceitavam o poder dos monopólios e dos latifundiários, e o prosseguimento da exploração colonial.

Desfilam as afirmações dos que, antes e logo após o 25 de Abril, se declaravam radicais marxistas-leninistas, confessando finalmente que o seu único inimigo sempre fora o PCP. Desfila o reconhecimento de que mentiam muitas das personalidades e forças políticas que logo após o 25 de Abril afirmavam a sua opção socialista ou “socializante”.

Todo esse processo posto em andamento pelo governo PS/Mário Soares em 1976 teve em Álvaro Cunhal o seu mais lúcido e incisivo crítico, através da desmontagem e do esclarecimento do conteúdo e objectivos da política de direita; através da contraposição a essa política de caminhos alternativos inspirados nos ideais de Abril; através da demonstração inequívoca da necessidade e da importância imperiosas da luta; através da valorização do papel do PCP na resposta à política de direita e às suas consequências para Portugal e para os portugueses, e na luta pela alternativa de esquerda ao serviço dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.



Golpes e terrorismo

Com toda a clareza dos seus apoios e objectivos, surgem-nos, como o PCP na altura denunciou e foi indignadamente desmentido, os sucessivos golpes contra-revolucionários (Palma Carlos, 28 de Setembro, 11 de Março); cumplicidade entre a direita, Mário Soares e a reacção spinolista; a cobertura à acção da extrema-direita fascista; o permanente apoio do imperialismo, dos serviços secretos das grandes potências capitalistas; as redes terroristas e a sua escandalosa impunidade; os que intrigaram, conspiraram, manobram para dividir e liquidar o MFA, ao mesmo tempo que acusavam o PCP de o instrumentalizar, e assim procuraram abrir caminho a um golpe militar contra-revolucionário. Enfim, os que prepararam golpes atrás de golpes até ao golpe de 25 de Novembro de 1975, afirmando que se tratava da resposta a um «golpe comunista».



A mentira

A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril deixa definitivamente provado que foram os que prepararam e desencadearam numerosos golpes para tomarem o poder os que inventaram, para se justificar, que era o PCP que preparava o seu e obrigara a uma resposta; que o resultado desses golpes, se vitoriosos, significaria uma nova ditadura por parte dos que diziam tratar-se de uma resposta democrática à instauração de uma ditadura do PCP, já existente ou que este estaria prestes a instaurar.

Os golpes contra-revolucionários, se tivessem triunfado, teriam significado a não realização das previstas eleições para a Assembleia Constituinte e só a sua derrota assegurou a elaboração e aprovação da Constituição da República pela Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal.

A verdade é que a reacção nunca se conformou nem conforma com o 25 de Abril, e que contou sempre, no seu combate contra-revolucionário, com vastas cumplicidades.



A verdade

A verdade é que o PCP foi, é, e continuará a ser o mais consequente defensor das liberdades, dos direitos, das transformações democráticas alcançadas na sociedade portuguesa com o 25 de Abril e ainda consagradas na Constituição da República, e o mais consequente construtor de um futuro melhor para o nosso povo e o nosso país. Continuando o exemplo e a luta a que Álvaro Cunhal dedicou toda a sua vida.

